

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E MODERNIZAÇÃO PARAIBANA NA INSTAURAÇÃO DA SEGUNDA REPÚBLICA.¹

Henny Nayane Tavares de Araújo²

Antonio Carlos Ferreira Pinheiro³

1- Introdução

A década de 1930 pode ser considerada como um momento de destaque no processo de transformação da sociedade brasileira, que promoveu a ampliação de condições para realizar, difundir e “normalizar” o espaço político nacional. Todavia, ao mesmo tempo alterou o padrão de comportamento social das populações urbanas e rurais que atribuiu à educação mais que um papel de importância para a vida moral e profissional dos brasileiros, mas, sobretudo passou-se a considerá-la como essencial na configuração da estrutura econômica e política do país. O presente artigo procurou compreender como a série de inovações na forma e concepção de instrução pública, no contexto do Brasil e da Paraíba, se relacionou com questões políticas e sociais da época e com o projeto nacional de desenvolvimento traçado pelas classes dominantes em parceria com o Governo Vargas.

As questões levantadas por esse trabalho surgiram do confronto das informações provindas principalmente do Jornal “A União”, órgão oficial do estado, com as discussões realizadas em torno da historiografia brasileira e paraibana. O processo de investigação que resultou neste artigo procurou evitar caminhos que pudessem levar a reducionismos, dando às fontes um olhar atento e crítico e fazendo esforços para assimilar de forma coerente as relações entre o particular e o geral, entre o local e o global.

A reflexão feita a partir das mudanças na sociedade paraibana e na sua relação com a estrutura organizacional do Estado brasileiro fundamentou-se no pensamento gramsciano ao considerar que a correlação de forças políticas varia no tempo e no espaço e depende do grupo hegemônico, que termina por controlar boa parte da

¹ Artigo desenvolvido a partir de discussões e investigações realizadas no projeto GRUPOS ESCOLARES E ESCOLAS RURAIS NA PARAÍBA: Interfaces histórico-educacionais na cidade e no campo – (1930 – 1937), mais especificamente no Plano de trabalho: GRUPOS ESCOLARES, ESCOLAS DA CIDADE: espaço de difusão dos ideais modernizadores da sociedade.

² Aluna bolsista de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq).

³ Professor orientador do projeto vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação/CE e ao Programa de Pós-graduação em História/CCHLA.

estrutura de poder, a qual, por um lado, interfere na organização do Estado, e por outro, também organiza e regula a sociedade (PINHEIRO, 2008).

2- O “Movimento Outubrista” e o processo de modernização das estruturas e de práticas educacionais na Paraíba

Entre 1930 e 1937, o estado da Paraíba viveu intensamente a tendência que fazia população e governantes intencionarem e se agitarem em torno de qualquer medida enunciativa da palavra “transformação”, em fluxo também nos outros estados brasileiros. Os anos de implantação da Segunda República foi um período que estimulou experiências e iniciativas capazes de auxiliar a concretização do projeto de modernização conjecturado no decorrer da década anterior.

O Estado que surgiu da “Movimento Outubrista” foi obrigado a inovar em sua postura tanto para se legitimar no poder quanto para recuperar a economia do país que se encontrava devastada em decorrência da crise de 1929. Nem a atitude liberal nem o modelo monocultor de exportação poderiam se sustentar depois de 1930. Além disso, a configuração da população brasileira havia se transformado, passando a crescer num ritmo mais rápido e a migrar em massa da zona rural para as cidades. Fortalecer o poder estatal, incentivar a industrialização e sistematizar os serviços públicos nas cidades tornavam-se necessidades prementes. Tudo isso alterou o espaço e a função da instrução pública no cenário nacional, contribuindo para a complexificação da estrutura e das ideologias educacionais.

Em nível nacional o poder estatal fortaleceu-se aparelhando seu campo de ação a partir da criação de órgãos técnicos, institutos, conselhos e ministérios encarregados de coordenar e concentrar as decisões referentes às regiões sob o domínio da autoridade central. Na Paraíba o governo dos interventores com a mesma estratégia tentou firmar sua autonomia em relação às estruturas políticas locais preexistentes.

O aumento do contingente populacional urbano conseqüente das cruéis secas do período além da intensificação da concentração fundiária, também intimava que o governo organizasse os serviços de ordem pública. Os anos das interventorias foram marcados pela criação de sistemas unificados de administração, de vários estabelecimentos de assistência social e pela intensificação de obras de saneamento, drenagem e pavimentação nos municípios de maior importância para a economia paraibana.

Para concentrar as decisões sobre a criação de escolas, contratação de professores e demais temas ligados a educação nas mãos do estado (SANTOS NETO, 2007) e para organizar os diversos e espalhados estabelecimentos escolares, procurou-se criar um sistema de ensino fiscalizável, burocratizado e dividido em seis zonas escolares, com sedes nos municípios de: João Pessoa, Areia, Itabaiana, Campina Grande, Patos e Souza. Além de ter sido instaurada a partir do decreto n.33, de 11 de dezembro de 1930, a unificação do ensino primário, suprimindo as escolas municipais e obrigando as prefeituras a transferirem 20% de sua arrecadação ao governo estadual. O decreto foi justificado pela precariedade em que se encontravam tais escolas e principalmente pela péssima qualificação de seus professores.

A atenção dedicada à educação pelas prefeituras variava, mas antes de 1930 pouco se destinava à instrução nos municípios do Estado, como pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela I

PERCENTUAIS DE RECURSOS DESTINADOS À INSTRUÇÃO A PARTIR DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NOS MUNICÍPIOS - PARAÍBA

Município	Ano	Verba reservada à Instrução Pública (%)
Pombal	1928	1,50%
Araruna	1928	2,18%
Serraria	1928	2,37%
Cajazeiras	1928	2,64%
João Pessoa	1928	3,33%
Alagoa Grande	1928	3,45%
Bananeiras	1928	3,98%
Caiçara	1928	0%
Catolé do Rocha	1928	0%
Conceição	1929	0%
Misericórdia	1929	0%
Patos	1930	0%
Brejo do Cruz	1930	0%

Fonte: Dados retirados de reportagem do Jornal “A União”, 1930.

Na década de 1930 também foram criados por todo o território paraibano mais de 20 grupos escolares. Este, que fora antes símbolo do regime republicano, conservou-se no regime revolucionário além de ser equipado de novos atributos tanto na sua estrutura

física quanto organizacional. Tal modelo de instituição – incumbido de modernizar o ensino público primário – foi substituindo aos poucos o antigo modelo de cadeiras isoladas e transformou o aspecto da instrução paraibana, uma vez que, passou a identificar a escola como um lugar próprio de atividades específicas, ao contrário das antigas cadeiras rudimentares, que não possuíam um espaço ajustado às atividades de ensino. Estes estabelecimentos não possuíam apenas o espaço, possuíam horários, programas e condutas racionalmente pensadas para estimular a disciplina e o aprendizado. (PINHEIRO, 2002)

Os grupos edificados nos anos de 1930 eram do ponto de vista arquitetônico construções menos pomposas e mais práticas do que os levantados durante a República Velha. Planejados pela seção técnica da Repartição de Agricultura e Obras Públicas estes edifícios obedeciam a três padrões: o de duas, quatro e seis salas escolares. A tabela e as figuras abaixo apresentam características desses modelos.

TABELA II
MODELOS DE GRUPOS ESCOLARES COM AS SUAS PRINCIPAIS
CARACTERÍSTICAS

Modelo	Nº. de Salas	Medidas de cada sala	Incluía também	Municípios
1	2	7m60x5m	Sala de professores e seção sanitária.	Galante e Queimadas
2	4	7mx7m	Salas para a diretoria, professores, gabinete médico, seções sanitárias, pavilhão de recreio, etc.	Pilar, Campina Grande (bairro São José), Sapé, Mamanguape, Piancó, Misericórdia e Conceição
3	6	7mx7m	Salas para a diretoria, professores, gabinete médico, seções sanitárias, pavilhão de recreio, etc.	Alagoa Grande

Fonte: Dados retirados de reportagem do Jornal “A União”, 1936.

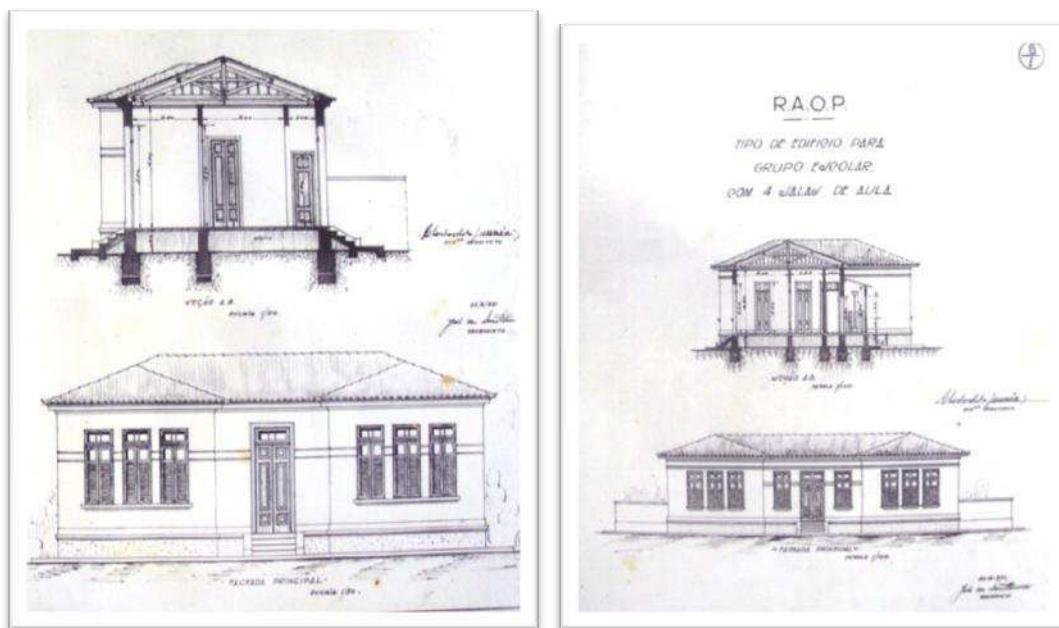


Figura 1: Modelo de fachada dos Grupos escolares com 2 salas.

Fonte: Relato de Obras de Ítalo Joffilly, 1933.

Figura 2: Modelo de fachada dos Grupos escolares com 4 salas.

Fonte: Relato de Obras de Ítalo Joffilly, 1933.



Figura 3: Modelo de fachada dos Grupos escolares com 6 salas.

Fonte: Relato de Obras de Ítalo Joffilly, 1933.

Foram ainda criadas entre 1930 e 1937, outras instituições e mecanismos que auxiliariam na ação educativa: Jardins de infância, biblioteca infantil, jornais escolares, museus, rádio, cinema educativo, clubes agrícolas, e curso e /ou escola complementar, associações de pais e mestres, caixas escolares, entre outras. E também veículos para a divulgação de debates educacionais como semanas, colunas e revistas pedagógicas.

A maior parte destas iniciativas recebeu influência direta dos ideais propugnados pelos intelectuais escolanovistas e do documento marco deste movimento, “O Manifesto do Pioneiros da Escola Nova”. As propostas contidas no referido documento convergiam com os interesses das forças políticas que haviam tomado o poder a partir de 1930 (Segunda República). Em linhas muito gerais elas, as propostas, defendiam uma formação do cidadão “ativo”, marcada pela racionalidade centrando a prática pedagógica no desenvolvimento de aptidões, características essas que se coadunavam com as metas instauradoras de um novo padrão de comportamento sócio-cultural, que é parte integrante de um movimento maior relacionado às re-estruturações nas relações políticas e sociais em via nesse período.

Ao observar as informações veiculadas na imprensa da época e em documentos oficiais como o “Relatório de obras de Ítalo Joffily” e “Realizações no Governo de Argemiro Figueredo”, é possível perceber o claro intento por parte dos governantes de definir o novo processo político-educacional numa perspectiva triunfante em que se deu a criação de novos prédios, métodos, profissionais, currículo e novas oportunidades. É preciso salientar, no entanto que a impressão passada por esses registros apesar de não se compor a partir de informações levianas, elas foram, por seu turno, estrategicamente ordenadas. O Departamento de Estatística e Publicidade da Paraíba foi bastante eficiente em divulgar a imagem de uma Paraíba que estaria se aproximando cada vez mais das grandes metrópoles.

O sistema de radiodifusão e cinema implantados no espaço paraibano integrada a uma proposta educacional veio a reforçar no estado tanto a propaganda ideológica do Estado pós-Movimento de 1930 quanto a idéia de que a Paraíba estava se modernizando, acompanhado de perto os avanços tecnológicos importantes. Estes recursos foram utilizados de forma a potencializar a campanha de fomento econômico e de desmobilização política, compreendidos pelo governo autoritário de Vargas como essenciais para que o crescimento do país não fosse interferido por pressões de ordem popular.

O artigo 12 do decreto 20.047 de 27 de maio de 1931 considerou de interesse

nacional e de finalidade educacional, o serviço de rádio-difusão e proveu a unificação deste serviço numa rede nacional. Abriu-se, assim, um novo campo de atividade ao Ministério da Educação, campo que se bem explorado disporia o poder de prestar os mais diferentes serviços à educação popular.

Segundo o pesquisador José da Silva Baía Horta, o presidente Getúlio Vargas preteria meios como o rádio, o cinema e o esporte para desenvolver o sentimento patriótico na população brasileira. A proposta era aliar esses instrumentos – o rádio e o cinema – à escola para difundir e fortalecer uma cultura comum, uma cultura nacional.

E o uso desses meios ia de acordo com as indicações da Pedagogia Moderna, que pregava atividades pedagógicas capazes de manter os educandos em constante exercício de observação, experimentação e criação. Na escola moderna o professor não deveria ficar preso ao livro, deveria ser “transformado num guia generoso, abandonar as quatro parêdes da aula para apontar-lhe (*ao aluno*) o que é o mundo diante do próprio mundo ao espírito inquieto.” (Jornal “A União”, 1932).

E afim de que o Estado paraibano se colocasse a par do progresso do ensino e se posicionasse na vanguarda do movimento da instrução pública, o governador Argemiro de Figueirêdo, decidiu instituir os serviços de rádio e cinema educativos nos estabelecimentos oficiais de instrução. Mesmo com possibilidades materiais escassas, o governo encontrou uma maneira de implantar essas inovações.

O Estado já tinha um aparelho de cinema tipo Kodascope, adquirido pelo dr. João Medeiros, na Inspectoria Sanitária Escolar. Esse aparelho, o primeiro comprado na Paraíba, foi destinado, sobretudo, ao ensino da puericultura na Escola Normal e outros estabelecimentos de ensino paraibanos. Pouco tempo depois foi organizado o material para transmissão via-rádio.

A Diretoria do Ensino estabeleceu uma taxa de duzentos réis, por semana, para cada aluno que assistisse às sessões do cinema educativo, ficando isentos da mesma todos aqueles reconhecidamente pobres. Podendo os pais assistir a essas exibições mediante a contribuição de quinhentos réis. Metade da arrecadação das sessões do cinema educativo deveria ser revertida em favor da caixa escolar auxiliadora dos alunos pobres do estabelecimento e a outra metade deveria ser depositada no Banco do Estado, destinada á compra de aparelhos receptores de rádio para as escolas.

Em julho de 1935, iniciaram-se as exibições cinematográficas. As primeiras “aulas luminosas” foram realizadas à noite, enquanto as salas de projeção para exibição diurna não tinham sido terminadas. Depois de bem estabelecido na capital, a Diretoria de

Ensino traçou planos de expandir este serviço ao interior além de realizar produções cinematográficas na própria Paraíba, aproveitando-se para isso de motivos regionais.

As palestras rádio-educativas foram iniciadas em setembro do mesmo ano. A solenidade de estréia foi realizada no Grupo Escolar Epitácio Pessoa, onde compareceram várias personalidades políticas como o Sr. Raul de Goes, representante do Governador do Estado, Dr. Isidro Gomes da Silva, secretario da Fazenda, Dr. Guedes Pereira, secretario da Produção, professor José Baptista de Mello, diretor da Instrução Primária, entre outros.



Aspecto da solenidade de inauguração das palestras rádio-educativas.

Fonte: Jornal “A União”, 1935.

O primeiro a ministrar uma aula na Rádio Clube Parahyba foi o inspetor do ensino, o professor Sizenando Costa. Em seqüência à sua apresentação, foi realizada a projeção do filme educativo “A Terra”, ligado ao assunto ministrado na palestra irradiada. Na fotografia acima consta o registro da solenidade realizada no espaço do Grupo Escolar Epitácio Pessoa, onde foram colocados dois aparelhos receptores especialmente para esse fim. À medida que era ditada a conferência, uma professora fazia a demonstração prática para os alunos.

A palestra seguinte foi proferida pelo inspetor técnico do Ensino na 2.^a zona escolar, o professor M. Vianna Junior, com o tema “Homens do Brasil”, a predileção apontava não apenas os grandes nomes da política e da intelectualidade como também a grandeza do povo anônimo, destacando a importância do povo agricultor. A transmissão

das palestras rádio-educativas a partir de então passou a ser diariamente veiculada das 15h30min às 16 horas para todos os estabelecimentos escolares da cidade de João Pessoa.

A partir dessa discussão acerca de algumas das iniciativas promovidas pelos administradores públicos paraibanos, no sentido de modernizar as práticas pedagógicas para além da sala de aula, podemos concluir que observando o cenário local durante aqueles anos, analisando os conflitos, as políticas de estado voltadas para a educação pública, é possível compreender que a imersão parcial da Paraíba no universo urbano se não industrial, mas manifestando o *espírito industrialista* foi influenciada pela formação intelectual e ideológica dos seus gestores, assim como também ajudou a moldar um modelo de organização educacional-escolar que se estabeleceu na Paraíba, semelhantemente a outras unidades da federação.

3- Referências

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9ª ed. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1995.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 1994.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade de São Francisco, 2002. (Coleção educação contemporânea).

_____, **Grupos escolares e escolas rurais na Paraíba: Interfaces histórico-educacionais na cidade e no campo (1930- 1937)**. João Pessoa, PB: PPGE/PPGH-UFPB. (Projeto de pesquisa). 2008.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. A Instrução Pública na Paraíba (1930-1932): Os Anos da Centralização e da Reestruturação da Rede de Ensino. In: **Revista temas em educação**. v. 16, n.2. João Pessoa, PB: Universitária- UFPB/PPGE, 2007.

Fontes:

Do Arquivo Histórico da Paraíba - Fundação Espaço Cultural – FUNESC.

Jornal “A União”, 1930;
Jornal “A União”, 1931;
Jornal “A União”, 1932
Jornal “A União”, 1933
Jornal “A União”, 1934;
Jornal “A União”, 1935;

Jornal “A União”, 1936;
Jornal “A União”, 1937.

ESTADO DA PARAHYBA, *Realizações de Argemiro Figueredo*. Imprensa Official, 1939.

JOFFILY, Ítalo. *Relatório de Obras de 1933*. Repartição de Agricultura e Obras Públicas, 1933.